



RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

Ref.: Processo Licitatório nº 010/2024, Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, PARA ATENDER TODAS AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE RIO VERMELHO/MG.

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa CLEANLURB PRODUTOS & SERVIÇOS LTDA (CNPJ nº 39.434.226/0001-36) em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 06/2024, encaminhada ao Pregoeiro do Município de Rio Vermelho - MG que procedeu ao julgamento da Impugnação na forma que se segue.

1. DA ADMISSIBILIDADE

O pedido de impugnação atende os requisitos de admissibilidade, uma vez que segue os preceitos do art. 164 da Lei 14.133/2021, bem como a Cláusula 4 do Edital (DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO), que prevê a possibilidade de impugnação em até 03 (três) dias anteriores a data do pregão.

Portanto, diante do cumprimento das formalidades e da tempestividade, passa-se ao mérito da impugnação.

2. DA SÍNTESE DA IMPUGNAÇÃO

Em sede da impugnação a empresa postulante alega, em síntese, que o edital/termo de referência do pregão eletrônico supra fere o princípio da competitividade e eficiência.



Argumenta, que para o item “Contentor na cor Azul de PEAD (Polietileno de Alta Densidade) existem dois métodos de fabricação de contentores em PEAD, sendo eles o processo de ROTOMOLDAGEM e processo de INJEÇÃO, e que o edita exige expressamente que seja fabricado por processo de injeção. Argumenta ainda que a Norma ABNT 15911-3 não faz menção ao exigido pelo edital, devendo, portanto, concluir que tal condição não é pressuposto de eficiência do item descrito.

Diante do alegado, requer a retificação do edital, para que seja retirado do mesmo a exigência do material licitado ser produzido a partir do processo de “injeção”.

É o breve relatório.

3. DA ANÁLISE

Após análise acerca da matéria levada em tela, via impugnação, temos as seguintes considerações a fazer:

Sabe-se que a Lei 14.133 de 1º de abril trouxe uma gama de princípios aos quais os Entes Públicos devem observar na realização das licitações. Dentre os princípios previstos, o art. 5º destaca o princípio do interesse público, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da razoabilidade, competitividade e economicidade.

Sinaliza-se, de plano, que o edital os itens descritos no edital possuem especificações que visam estabelecer as condições mínimas e adequadas para sua utilização final, sempre buscando uma aquisição mais vantajosa para a administração pública municipal, sem realizar direcionamento para determinadas marcas ou modelos específicos, de modo a evitar restrições indevidas a competitividade.





No caso em tela, a opção pelo método de fabricação apenas visa estabelecer as condições básicas adequadas para utilização do item pela Administração, não havendo que se falar em restrição a competitividade.

4 - CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando todos os argumentos acima colacionados, **RECEBO** a impugnação já que apresentada a tempo e modo, e no mérito **DEIXO DE ACOLHER** o pleito apresentado pelo impugnante, de modo a manter-se inalterado o instrumento convocatório.

Registre-se que a presente resposta servirá de esclarecimento ao provável licitante para fins de formulação de sua proposta, e participação no certame.

Rio Vermelho/MG, 14 de março de 2024.

Rogério Vieira Campos Leal
Pregoeiro Municipal



**GERÊNCIA DE
LICITAÇÃO E
CONTRATOS**

Praça Nossa Senhora Pena, 380 - Rio Vermelho - MG - Brasil - (33) 3436-1361
licitar@riovermelho.mg.gov.br - riovermelho.mg.gov.br